POR UM PORTUGAL LIVRE, JUSTO E SOLIDÁRIO

LINHAS PROGRAMÁTICAS

RECUPERAR A ESPERANÇA

O modelo neoliberal que dominou as últimas décadas — baseado no individualismo, na obsessão pelo mercado e na ideia de que cada pessoa vale apenas pelo que consegue ganhar — está em crise profunda. Cresce a insatisfação social. Sente-se uma revolta, por vezes surda, com a situação actual. As pessoas trabalham mais, mas vivem pior e inseguras, enquanto uma pequena minoria acumula riqueza e privilégios como há muito não se via.

O Estado foi sendo reduzido à função de proteger os interesses do mercado e da propriedade privada, deixando para segundo plano a saúde, a educação, a habitação e os demais direitos sociais e humanos. O resultado está à vista: mais desigualdades, mais precariedade e mais insegurança na vida das pessoas.

Os partidos que governaram a Europa nas últimas décadas aceitaram a globalização comercial e financeira como se não houvesse alternativa. Hoje estão em declínio. Ao mesmo tempo, a extrema-direita cresce, alimentando-se do descontentamento popular. Muitos eleitores e eleitoras que antes confiavam nos partidos tradicionais sentem-se abandonados e afastam-se da política.

A direita populista aproveita essa desilusão e ressentimento. Os partidos tradicionais recusam assumir responsabilidades pelas políticas que criaram esta situação. E a esquerda não conseguiu transformar essa revolta em movimento político, numa força organizada de mudança. Defendendo alguns remendos no sistema não criou um pólo alternativo, acabando por caucionar um social-liberalismo estéril que apenas procura a alternância de governos.

Não se trata de desculpar a extrema-direita, nem os seus posicionamentos racistas, xenófobos e machistas. Mas também não se pode culpar quem vota nela como se fosse o problema. Muitas dessas pessoas são vítimas da precariedade, dos baixos salários, da perda de serviços públicos, das desigualdades territoriais, da eliminação de sectores produtivos sem alternativa e da falta de perspectivas. Sentem-se ignoradas. E quando alguém lhes diz que as ouve, agarram-se a essa voz — mesmo que ela ofereça falsas soluções embrulhadas num discurso de ódio.

Uma política anti-neoliberal reconhece que a democracia está fragilizada. Votar de quatro em quatro anos não basta. As decisões mais importantes são tomadas bem longe, em Bruxelas e Frankfurt. Os parlamentos têm perdido respeitabilidade, contribuindo para isso a agenda da extrema-direita de desmantelamento das instituições democráticas. Fala-se muito de consenso ao centro, mas pouco das dificuldades reais da maioria. A globalização económico-financeira foi apresentada como inevitável, mas significa mais desigualdade e exclusão, perda de soberania e de controlo democrático.

Assistimos a uma crescente concentração do poder económico e político. A finança e um pequeno número de interesses económicos dominam a economia. As elites vivem numa bolha que ignora o resto do país e estão afastadas das preocupações do dia-a-dia da maioria. A oligarquização das sociedades é uma das marcas da crise do capitalismo contemporâneo.

A crise financeira de 2007-2008 mostrou que os mercados não se auto-regulam. Quando tudo colapsa, os Estados correm para salvar bancos e grandes empresas. Pagam os contribuintes. Depois vêm anos de austeridade, cortes e sacrifícios para quem trabalha. Mais recentemente, a guerra e a instabilidade internacional têm sido usadas para justificar novas restrições e medos.

O modelo está a perder a base social que o sustentava. A fractura social alarga-se. Surgem novos movimentos, novas lutas e novas causas. O trabalho continua a ser central, porque é dele que vive a maioria. Mas centralidade não significa exclusividade: é preciso unir diferentes reivindicações em causas comuns.

Urge resgatar para a intervenção política o agente central da democracia — o povo — para enfrentarmos com êxito a oligarquia que concentra riqueza e poder. Isso exige radicalização democrática, certamente com momentos de ruptura e de confronto com os interesses económicos dominantes, e impõe a necessidade de propostas concretas que respondam às reais preocupações populares: salários dignos, serviços públicos fortes, habitação acessível, justiça fiscal, investimento público, respeito pelo ambiente, segurança na comunidade e democracia participativa.

Não basta mudar algumas políticas. É preciso mais: recuperar a esperança, libertar uma vontade colectiva capaz de produzir uma nova sociedade em que a pluralidade, a liberdade, a igualdade, a justiça, a solidariedade e o respeito pelos direitos humanos orientem a vida em comum.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL - A CRISE DO SISTEMA E A INSTABILIDADE

No quadro da crise estrutural do modelo económico e político dominante nas últimas décadas, cuja fragilidade se tornou particularmente perceptível na crise financeira de 2007-2008, a situação internacional está marcada pela forte instabilidade, pelo agravamento dos conflitos militares, pela intensificação da rivalidade entre potências e por uma crescente militarização das relações internacionais. A crise do sistema é evidente à escala global, assim como é evidente o colapso do direito internacional.

Os Estados Unidos procuram preservar a sua hegemonia e a predominância do dólar no sistema monetário internacional através da combinação de supremacia militar, sanções económicas, agressão e chantagem sobre outros países. Não sendo inovadora, esta estratégia foi agravada pela administração Trump. A emergência e expansão de plataformas de cooperação, como os BRICS, resultam da procura de alternativas a esta hegemonia predadora.

Neste quadro, a NATO, frequentemente apresentada como uma aliança defensiva, tem desempenhado um papel central na consolidação de uma arquitectura subordinada aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. A sua expansão nas últimas décadas, em particular no Leste europeu, e o discurso mais recente do reforço

das suas capacidades militares, inserem-se numa lógica de confrontação entre blocos e de preparação de novas guerras. A pressão para que os países membros aumentem significativamente as despesas militares — com metas que chegam aos 5% do Produto Interno Bruto — pretende impor uma crescente militarização da economia em prejuízo do Estado social, do desenvolvimento sustentável e do combate às alterações climáticas e ao colapso ecológico. Desenha-se uma tragédia em múltiplas dimensões.

Apesar do seu peso económico, a União Europeia não foi capaz de afirmar uma verdadeira autonomia estratégica face aos Estados Unidos e à NATO. Entretanto, os EUA, sempre apresentados como velhos aliados e protectores, passaram claramente a ser um perigo para a Europa. As ameaças de anexação violenta da Gronelândia, por exemplo, assim como a chantagem sobre os países europeus para que participassem directamente no ataque ao Irão, contradizem a retórica da protecção norte-americana.

Uma política que coloca o rearmamento como vector económico central, conforme equacionado no Relatório Draghi, representa uma inflexão preocupante que reforça a militarização da economia e a dependência face ao complexo militar-industrial norte-americano. Além de validar politicamente o rearmamento da Alemanha.

Uma estratégia verdadeiramente orientada para o futuro de uma Europa das soberanias e da cooperação deveria, pelo contrário, assumir como prioridade política o investimento em inovação e desenvolvimento, na transição energética e agroecológica, na coesão social e no reforço da democracia económica. Não descurando o apoio à investigação tecnológica com potencial duplo uso (civil e militar), é crucial desenvolver políticas industriais que respondam aos grandes desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

Porém, a dependência económica, política e financeira alimentada ao longo de décadas, a que acresce a natureza da UE como “clube de países” que simula um poder federal que não tem e muito provavelmente nunca terá, determina a incapacidade dos poderes europeus em inverter o histórico alinhamento acrítico com os EUA.

O actual quadro de instabilidade torna recorrente a violação dos princípios do direito internacional — como a soberania dos Estados, a não ingerência e a proibição do uso da força a não ser em autodefesa —, invocados de forma selectiva pelas grandes potências, em função dos seus interesses.

Frequentemente, os mesmos que defendem publicamente a centralidade do direito internacional, como no caso da invasão da Ucrânia, são também responsáveis por acções que o violam ou o contornam quando isso serve os seus interesses estratégicos, como nos casos da Palestina, Cuba, Venezuela ou Irão.

A invasão russa da Ucrânia representa uma grave violação do direito internacional e da soberania de um Estado. O prolongamento deste conflito mostra o impasse em que caiu a confrontação entre blocos e o desgaste do poder imperial dos EUA, com consequências brutais: a perda de vidas, a destruição de infra-estruturas e danos ambientais. A política da UE de apoio à continuação da guerra, sem condições de negociação credíveis, tem custos económicos e sociais que levam à erosão dos regimes democráticos e à conflitualidade no seio da própria UE.

A ofensiva militar israelita na Faixa de Gaza provocou uma crise humanitária de enormes proporções, amplamente denunciada como um genocídio contra o povo palestiniano, e constituindo uma gravíssima violação do direito internacional. Porém, os Estados Unidos, com o apoio da União Europeia, continuam a garantir respaldo político, diplomático e militar ao expansionismo sionista, impedindo na prática um cessar-fogo duradouro e o avanço para o reconhecimento do Estado palestiniano. Defendemos o corte de relações diplomáticas com o Estado de Israel.

Paralelamente, acções como a intervenção norte-americana na Venezuela e os ataques conduzidos contra o Irão — guerra que, segundo o Pentágono, terá custado cerca de 11 mil milhões de dólares apenas na primeira semana, com consequências económicas, sociais e ambientais para o mundo que se perspectivam devastadoras — constituem violações chocantes do direito internacional e das soberanias

nacionais. Os objetivos da administração Trump são colocar Israel como a potência regional dominante no Médio Oriente, assegurar o controlo de rotas estratégicas de hidrocarbonetos, limitar o acesso da China a essas fontes de energia e procurar manter a hegemonia global. Invariavelmente, com a anuência activa e hipócrita dos dirigentes da UE e da quase totalidade dos seus governos. Contudo, esta guerra também pode ser vista como um sintoma de que os EUA entraram numa etapa de enfraquecimento da sua hegemonia imperial.

Perante a crescente instabilidade internacional, a militarização e a crise do próprio modelo económico e social dominante, é fundamental a afirmação:

- De uma nova esquerda empenhada na defesa da soberania popular, comprometida com o multilateralismo e o direito internacional, que rejeite todas as formas de imperialismo, recuse uma economia do rearmamento, defenda intransigentemente a paz e lute pela construção de uma vontade colectiva capaz de produzir uma nova sociedade.
- De uma esquerda crítica do modelo neoliberal que, desde os anos 70 do século XX, transfere os custos das crises para os trabalhadores e para os sectores mais vulneráveis da sociedade através de políticas de austeridade. Um modelo que, nos últimos anos, com o acentuar da crise da hegemonia dos EUA, empurra a UE para a vertigem do rearmamento e da economia de guerra.
- De uma esquerda que defenda a cooperação europeia entre Estados soberanos e a recuperação dos instrumentos político-constitucionais que permite aos povos decidir sobre as suas políticas económicas e sociais. Só assim poderão decidir sobre a sociedade em que querem viver.
- De uma esquerda que, num contexto de crescente militarização e de pressão para o aumento das despesas militares, põe em causa a lógica de confrontação entre blocos e a existência de alianças militares que perpetuam tensões geopolíticas, como é o caso da NATO. O eixo central desta posição é a defesa consistente da paz e da resolução diplomática dos conflitos, desde logo com a

recusa da utilização da Ilha Terceira como apoio a acções militares que violem o direito internacional.

Canalizar os recursos para enfrentar desafios sociais e ambientais urgentes, como a desigualdade económica e social, a emergência climática e a crise ecológica, o reforço dos serviços públicos e a proteção civil fazem parte da alternativa política que defendemos. As prioridades da nossa diplomacia são a promoção do desarmamento, o fortalecimento do direito internacional e o reforço de instituições multilaterais capazes de mediar conflitos. Só uma ampla participação democrática e uma vigorosa mobilização cidadã gerarão forças decisivas para a luta por uma sociedade livre, justa e solidária.

O QUADRO POLÍTICO NACIONAL

O actual quadro político português caracteriza-se por um equilíbrio institucional instável, marcado pela existência de uma maioria parlamentar de direita na Assembleia da República, mas que só se concretiza com o contributo da extrema-direita; por um governo sem maioria absoluta, dependente de acordos com o Chega ou com o PS; e por um Presidente da República que tem manifestado a intenção de assegurar a estabilidade institucional e a continuidade da legislatura até ao seu termo, reduzindo assim a pressão para uma eventual dissolução da Assembleia da República em caso de chumbo de um Orçamento do Estado.

O avanço das frentes de guerra a nível internacional, a militarização da economia, com o crescimento da respectiva despesa, e o espectro de uma gravíssima crise energética resultante do conflito no Médio Oriente, tornam o contexto político e económico ainda mais imprevisível e exigente. Esta configuração cria um cenário político complexo, desfavorável à procura de novos avanços sociais, à defesa do Estado social e do que é público face ao privado, e em que as esquerdas tradicionais perderam peso na capacidade de influenciar as decisões.

Por um lado, a ausência de maioria absoluta limita a capacidade do Governo para impor unilateralmente a sua agenda. Por outro, a existência de uma maioria de direita no Parlamento e de um centro-esquerda moderado e ansioso por acordos ao centro abre espaço à convergência em torno de orientações económicas e sociais de carácter liberal, reforçando a pressão para reformas estruturais que ponham ainda mais o Estado ao serviço dos interesses da oligarquia dominante. A possibilidade de uma revisão constitucional nesse sentido não está fora dos horizontes da direita.

Neste quadro, a mobilização do espaço público, das organizações dos trabalhadores, dos movimentos sociais e de cidadania e da opinião popular em geral, como foi alcançado com êxito na greve geral de dezembro de 2025, torna-se o elemento central dos múltiplos combates contra a agenda da direita. Esta mobilização é o dínamo que suporta as lutas pela alternativa.

Nos objectivos da maioria da direita destaca-se a crescente pressão para aprofundar a abertura de sectores fundamentais dos serviços públicos à iniciativa privada, encontrando-se todos sob ataque. O Serviço Nacional de Saúde surge como um dos principais alvos dessa estratégia, através de propostas que promovem a mercantilização e uma crescente presença de operadores privados na prestação de cuidados e na gestão de unidades do sistema de saúde, com evidente fragilização da qualidade e do carácter universal e público do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Outros pilares do Estado social na mira da direita são o ensino público e o sistema de pensões por solidariedade entre gerações. Ao mesmo tempo, perante desafios estruturais como a crise da habitação e a crise climática, as respostas políticas continuam ancoradas em soluções baseadas no mercado. No caso da habitação, a aposta em incentivos ao investimento privado e em mecanismos de mercado tem-se revelado incapaz de garantir o direito à habitação, sobretudo nos grandes centros urbanos. No domínio da transição climática, persiste igualmente a subordinação de objectivos ambientais a medidas cosméticas ou a lógicas de rendibilidade económica de curto prazo e lucros máximos.

Outro eixo relevante da actual agenda política assenta na proposta de alteração à legislação laboral. O chamado "pacote laboral" do Governo, entretanto rejeitado, pretendia reconfigurar o equilíbrio entre capital e trabalho ainda mais em desfavor deste, traduzindo-se numa hiperflexibilização das relações laborais e numa erosão dos direitos conquistados ao longo das últimas décadas, isto é, numa forma de contornar a protecção constitucional do trabalho. Este retrocesso ocorreria num contexto de pleno emprego em que os níveis de precariedade laboral e de desigualdade na distribuição do rendimento já são muito elevados.

Este quadro político é também marcado por uma significativa debilidade parlamentar das esquerdas tradicionais. Após um período em que estas forças políticas desempenharam um papel parlamentar relevante com capacidade de influenciar políticas públicas, bem como na configuração de uma solução governativa pós-troika, observa-se actualmente uma perda do seu peso político e acrescida dificuldade em afirmar um projecto alternativo claro. Esta situação resulta de múltiplos fatores: erosão da credibilidade associada à gestão da legislatura de 2015 a 2019, insistência numa solução dependente do centro-esquerda e com perda de autonomia estratégica, foco excessivo na dimensão institucional da acção política, dificuldade em responder de forma consistente às transformações económicas e sociais das últimas décadas e incapacidade de mobilizar sectores sociais afectados pela precariedade laboral, pela crise da habitação ou pelo aumento do custo de vida.

A fragilização das esquerdas tradicionais, integradas no sistema, sem a bandeira de um projecto de sociedade alternativo, tem contribuído para a abertura do espaço do ressentimento a outras forças, incluindo à extrema-direita, em sectores populares. O aumento da expressão eleitoral deste campo político reflecte o descontentamento social acumulado, a desconfiança face às instituições e a percepção de ausência de respostas eficazes para problemas estruturais da sociedade. A extrema-direita capitaliza esse descontentamento através de discursos simplificadores, frequentemente assentes em narrativas populistas, na exploração de medos sociais,

na polarização política e na descredibilização selectiva das instituições do regime, sobretudo através do uso agressivo e em grande escala das plataformas digitais.

Perante este cenário, coloca-se com particular acuidade a necessidade de intervir de forma consequente na vida política e social, sem medo de ser radical por ir ao fundo dos problemas e avançar com propostas progressistas, mesmo que fora do aceitável pela direita e pelo social-liberalismo. Tal projecto exige a afirmação de alternativas claras às políticas de liberalização económica, intransigência na defesa dos serviços públicos, promoção de políticas que combatam as desigualdades sociais, valorizem o trabalho e confrontem as discriminações de género, o racismo, a xenofobia e as ideias coloniais. Implica também a capacidade de construir vínculos sociais e políticos com amplos sectores da sociedade, articulando a intervenção institucional com a mobilização social nos locais de habitação e trabalho, bem como nas redes sociais.

A evolução do quadro político português dependerá, em grande medida, da forma como estas dinâmicas se desenvolverem nos próximos anos, antevendo-se um percurso pleno de dificuldades para quem luta por uma sociedade livre, justa e solidária. O papel do Estado, a natureza dos serviços públicos, a distribuição do rendimento e da riqueza e as respostas aos desafios estruturais — como a alteração da estrutura produtiva da economia, a habitação, o trabalho, a transição climática e a coesão social — devem ser eixos centrais do debate e do combate político no país, exigindo por isso uma maior atenção e uma forte e esclarecida intervenção.

DESIGUALDADE NOS RENDIMENTOS E NA RIQUEZA

Desde os anos oitenta do século passado que o capitalismo gerou um aumento significativo das desigualdades no seio das sociedades mais desenvolvidas. Para isso contribuíram a globalização do comércio, a liberalização e desregulação da actividade financeira, as inovações tecnológicas, a desprotecção do trabalho, a erosão do poder sindical e a retracção dos mecanismos redistributivos, em particular na tributação e

nos serviços públicos. O Estado social foi degradado ao longo do tempo devido às políticas neoliberais de sucessivos governos.

Portugal integrou esta involução com o agravamento das desigualdades. O rendimento e o património dos mais ricos aumentou, enquanto os salários da maioria da população estagnaram e o seu trabalho ficou mais precário. Em Portugal, em 2021, os 50% mais pobres recebiam 20,4% do rendimento total do país e possuíam apenas 3,6% da riqueza – a desigualdade na riqueza é sempre muitíssimo superior à desigualdade no rendimento. Em 2021, os 10% mais ricos recebiam 33,8% do rendimento (em 2015, 25,9%) e detinham 59% da riqueza.

Ao mesmo tempo, com o deliberado enfraquecimento da capacidade negocial dos trabalhadores, os aumentos da produtividade na economia passaram a ser apropriados pelo capital. Isso significa que, em Portugal, desde o início do século XXI até 2016, a evolução do rendimento mensal ilíquido (real) do trabalho foi inferior à evolução da produtividade. A parte dos salários no Produto baixou substancialmente, de 60% em 2001 para cerca de 51,5% em 2016, com alguma recuperação nos anos seguintes, tendo atingido 56% em 2024. Esta tendência global de perda é uma fonte estrutural da desigualdade na repartição do rendimento.

Um projecto político alternativo, visando uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e amiga da natureza, terá de abandonar o discurso do crescimento pelo crescimento e formular um modelo de desenvolvimento do país que, entre outras vertentes, reduza a enorme desigualdade na distribuição do rendimento.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Reforma** da legislação sobre pensões para reverter as medidas regressivas introduzidas desde o ministro Vieira da Silva, designadamente a desvinculação da pensão mínima relativamente ao salário mínimo e a idade legal da reforma, que deixará de depender da Esperança de Vida (idade da reforma aos 65 anos).
- ✓

- ✓ **Promoção de** políticas de igualdade salarial entre homens e mulheres; proibição da discriminação salarial em função do género.
- ✓ **Reforço** da progressividade do IRS: 1) criação de mais dois escalões no IRS, num total de 11; 2) aumento do Mínimo de Existência para 15 000€; 3) redução das actuais taxas marginais nos escalões da "classe média"; 4) aumentos substanciais das taxas marginais a partir do 6º escalão e introdução de uma taxa marginal de 75% no 11º escalão.
- ✓ **Englobamento** obrigatório de todos os rendimentos no IRS.
- ✓ **Redução** ou eliminação de impostos indirectos em alguns consumos básicos.

UM NOVO MODELO ECONÓMICO

Os choques petrolíferos de 1973 e 1979 tiveram um forte impacto na economia portuguesa e conduziram a duas intervenções do FMI, sendo a mais danosa a de 1983. Esta intervenção produziu elevado desemprego, redução de salários e pensões, grande austeridade orçamental e redução do crédito.

A entrada de Portugal na CEE em 1986 representou uma viragem no processo de desenvolvimento do país: trouxe muito investimento estrangeiro, reforçado com o grande influxo de fundos estruturais da Política de Coesão. A forte quebra no preço do petróleo e a conjuntura internacional muito favorável contribuíram para esse processo.

Chegados ao fim da década de oitenta, com a queda do muro de Berlim e a subsequente implosão da URSS, os partidos de centro-direita e centro-esquerda já tinham assimilado a ideologia neoliberal. Após a revisão constitucional de 1989, Portugal desencadeou um vasto processo de privatizações, com destaque para os bancos. Nos anos subsequentes Portugal avançou na liberalização do sistema financeiro, integrando o Sistema Monetário Europeu (SME) de forma a preparar a entrada na futura moeda única. Nessa condição, sujeitou-se à especulação cambial e

à crise do SME de 1992. Para acompanhar a política restritiva da Alemanha reunificada, os restantes países tiveram de subir a taxa de juro, o que não foi suficiente para travar a especulação. O RU e a Itália abandonaram o SME e alguns países, entre eles Portugal, tiveram de fazer correcções cambiais. Assim, a UE sofreu a sua primeira recessão em 1993, cujos efeitos se prolongaram por 1994. Forçado a adoptar uma política orçamental recessiva e uma taxa de câmbio valorizada, para vir a integrar a moeda única, e sofrendo ainda os efeitos da subida do preço do petróleo resultante da guerra no Iraque (1990-91), Portugal viu o seu desemprego subir de 4% (1992) para 7% (1994).

Dentro da Zona Euro, o novo milénio representa para a economia portuguesa uma viragem negativa. No final de 1999, sob pretexto de combater a inflação, o BCE começou a subir a taxa de juro. O aumento dos encargos financeiros afectou o consumo e o investimento, arrefecendo a economia. A partir de 2001, sucedem-se mudanças que comprometem a competitividade dos tradicionais sectores exportadores portugueses: entrada da China na OMC, acordos de adesão à UE de países da Europa de Leste e valorização continuada do euro face ao dólar (resultando em exportações mais caras e importações concorrentes mais baratas). A isto, juntou-se o agravamento de cerca de 60% nos preços do petróleo consumido na Europa. O resultado foi devastador. O número de desempregados passou de 230 mil para mais de 490 mil e Portugal foi o único país da UE com variação negativa do investimento nesse período.

Num quadro de grave crise financeira, económica e social, os défices orçamentais superavam regularmente os 3% enquanto a dívida pública (em % PIB) ia subindo (de 50,7% em 2001 passou a 68,4% em 2007). Estes números eram os sintomas (e não as causas) de uma grave crise estrutural da economia. O pior viria a seguir: a Grande Recessão mundial desencadeada pela crise financeira de 2007-8 nos EUA. A transmissão da crise financeira à Europa travou a reciclagem das dívidas dos bancos portugueses junto dos bancos franceses e alemães, o que apontava para um

inevitável resgate pelo Estado. A dívida pública portuguesa passou a ser vista como um activo de risco e, por isso, só adquirida a preço de saldo, ou seja, com um juro implícito alto. Com a taxa de juro implícita a chegar aos 8,5% o governo acabou por aceitar uma intervenção da troika que, em contrapartida do empréstimo para resgatar os bancos e financiar a economia, impôs a tradicional política de austeridade. De facto, ao contrário do slogan da direita, em Portugal não ocorreu a "bancarrota do Estado": aconteceu um colapso do sistema bancário, altamente endividado e corrompido, que teve de ser suportado pelo Estado, com forte impacto nos contribuintes.

Como seria de esperar, a recessão provocada pelas medidas da troika produziu desemprego em massa, emigração em larga escala e agravamento do peso da dívida pública (de 72,7% em 2007 para 132,9% em 2014). Só a partir de 2015, com o fim da "austeridade" e com o início do governo da "Geringonça", o país retomaria alguma normalidade. O crescimento com criação de emprego estimulado pelas medidas de reposição de salários e pensões, progressivamente reforçado pelo turismo, a que se junta a captação de investimento estrangeiro no imobiliário, contribuíram para a descida do peso da dívida pública, apenas interrompida no ano de 2020 com a pandemia da COVID-19.

Após 50 anos de democracia, o país está muito longe do que foi na ditadura. Contudo, após sucessivas crises, é preciso reconhecer os limites do nosso processo de desenvolvimento. Para além da urgência em atacar os gravíssimos problemas da habitação, do combate à pobreza e do investimento em grande escala nos serviços públicos que são pilares do Estado social, é essencial construir um novo modelo de desenvolvimento: um modelo que requalifique o que sabemos produzir; que crie sectores produtivos intensivos em tecnologia; que reduza significativamente a nossa dependência energética externa.

Uma nova alternativa política não pretende apenas redistribuir com maior justiça social o rendimento que temos. Pretende também criar actividades económicas

sustentáveis que suportem salários mais elevados, que garantam direitos laborais e que constituam um travão à emigração de jovens com formação superior.

Existe, porém, um obstáculo que não pode ser ignorado: a participação na Zona Euro impede o acesso a grande parte dos instrumentos de política económica capazes de apoiar novos processos de industrialização, tecnológica, laboral e ambientalmente qualificados.

A presente situação política na UE caracteriza-se pela ascensão da extrema-direita em vários países, por divergências relativamente às opções geoestratégicas face aos EUA e à Rússia, pela grande incerteza quanto ao futuro das relações entre os países fundadores da CEE – com a Alemanha a investir fortemente no rearmamento – e ainda pela enorme dependência energética da UE relativamente a fornecedores externos. O conjunto destes factores configura um enquadramento muito exigente para a definição de um novo programa de política económica.

Na elaboração de uma linha programática que consubstancie uma nova resposta política há que assumir os riscos que forem necessários, até ao limite da ruptura, para executar uma política económica alternativa, desenvolvimentista, de promoção do bem-estar e adaptada às alterações climáticas.

Tendo em conta que a União Europeia é o mercado de destino de 70% das exportações portuguesas, torna-se assim essencial a adopção de uma atitude negocial intransigente que explore toda a margem de manobra possível e que tenha como horizonte a defesa dos novos objetivos de política económica, em confronto com a lógica liberal dominante.

Envolvendo os vários interessados num diálogo com os organismos do Estado capacitados e mandatados para esta política, esta nova política económica passará por (1) planear a (re)localização da produção e do consumo em várias escalas territoriais (nacionais, regionais, locais); (2) onde for possível, reduzir a dependência de importações por substituição de produção interna; (3) promover com incentivos de

diversa natureza as actividades produtivas mais intensivas em conhecimento tecnológico; (4) organizar interdependências produtivas no seio das fileiras industriais existentes; (5) planear a densificação de relações intra e inter-industriais territorializadas; (6) promoção de circuitos de produção, abastecimento e consumo mais curtos, pensados na perspectiva da criação de ecossistemas de base territorial diversificados.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

Política orçamental:

- ✓ **Prioridade** ao investimento público na saúde, educação, habitação acessível, nas infra-estruturas de apoio às políticas sociais e na transição energética. Revisão das carreiras dos funcionários da Administração Pública, com destaque para a melhoria da remuneração de médicos, enfermeiros, professores e polícias.

Política industrial:

- ✓ **Recuperar** o princípio da democracia deliberativa para organizar um Fórum para a Reindustrialização com o objectivo global de fazer evoluir o padrão de especialização da economia portuguesa, tornando-o menos dependente de actividades que apenas são viáveis com baixos salários. Este Fórum, que agregará representantes do Estado e do seu Sector Empresarial, dos trabalhadores, das associações industriais e do sector financeiro, deverá centrar-se na prossecução de objectivos de médio e longo prazo tendo em conta os recursos e características do território e sociedade portuguesas, identificando os novos sectores de especialização.

Política fiscal:

(*em complemento das propostas na secção "Desigualdade no Rendimento e na Riqueza")*

- ✓ **Reestruturação** do sistema *tributário* que alivie o esforço dos segmentos da classe média de baixo rendimento e aumente a contribuição dos 10% mais ricos, em especial do 1% mais rico; aumento da receita fiscal através do alargamento da base tributável, designadamente pelo englobamento obrigatório de todos os rendimentos no IRS e a revisão de todos os incentivos fiscais em vigor.
- ✓ **Agravamento** da tributação sobre a saída de capitais do país.
- ✓ **Criação de** um imposto sobre as transacções financeiras, em linha com o já aplicado noutros países europeus (Espanha, Bélgica, França, Itália, etc.).

Política de salários:

- ✓ **Actualização** anual dos salários da Administração Pública de acordo com a inflação e o crescimento da produtividade do trabalho no país.
- ✓ **Fixação** do quadro de referência para a negociação dos salários, no âmbito da contratação colectiva no sector privado, incorporando a inflação e o crescimento da produtividade por sector de actividade.

Política de preços:

- ✓ **Criação** de um Conselho Superior para o Controlo da Inflação, na dependência da Assembleia da República, com o mandato de recolher e sintetizar toda a informação sobre os aumentos de preços, analisar as potenciais fontes de pressão inflacionista na economia, propor ao governo medidas preventivas e de controlo ou mitigação da inflação, e dar

um parecer sobre o Orçamento do Estado na perspectiva do controlo da inflação.

- ✓ **Extinção** do Conselho Superior de Finanças Públicas cujo mandato e propostas interferem com o pleno exercício da soberania orçamental do Governo e da Assembleia da República.

RELAÇÕES LABORAIS

As relações laborais reflectem hoje a consolidação de um modelo económico marcado pela financeirização, pela globalização competitiva e pela hegemonia neoliberal das últimas décadas. O trabalho continua a ser o principal meio de subsistência da maioria da população, mas as condições em que é exercido tornaram-se mais instáveis, fragmentadas e desiguais.

Um dos traços centrais é a precarização estrutural. A expansão dos contratos a termo, do trabalho temporário, do falso trabalho independente e da chamada economia de plataforma traduz uma transferência sistemática de riscos das empresas para os trabalhadores. A estabilidade contratual, durante décadas uma das bases do chamado compromisso social do pós-guerra, foi progressivamente substituída por vínculos frágeis e intermitentes. O emprego deixou de garantir segurança económica e passou a significar incerteza permanente e inclusivamente, em muitos casos, pobreza.

A digitalização da economia, frequentemente apresentada como sinónimo de progresso e modernização, tem sido acompanhada por novas formas de controlo e intensificação do trabalho. A gestão algorítmica, a monitorização permanente e a avaliação contínua do desempenho reforçam a assimetria de poder entre capital e trabalho. O teletrabalho, embora tenha permitido alguma flexibilidade, dilui fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida, ampliando jornadas e responsabilidades sem compensação correspondente.

Foi também promovido o enfraquecimento da negociação colectiva. Entretanto, emergiram novas formas de mobilização, nomeadamente entre trabalhadores

precários e de plataformas, mostrando que o conflito social não desapareceu — apenas assumiu novas expressões. Ainda assim, o movimento sindical continua a assegurar a maior capacidade de mobilização e de acção.

A importante adesão à greve geral de dezembro de 2025, convocada pelas centrais sindicais UGT, CGTP-IN e pelos sindicatos independentes, e ainda com uma participação muito importante dos movimentos sociais, mostrou a relevância da organização do movimento laboral. Marcou o repúdio pelo "pacote laboral" e, pela escala da sua mobilização, foi a iniciativa que no actual quadro político obrigou o Governo a recuar, pelo menos temporariamente.

Derrotar o autoritarismo e a extrema-direita nas eleições é crucial. Mas impõe-se igualmente eliminar as condições que os tornam atraentes. Com esse objectivo, é fundamental mover uma luta implacável contra a insegurança gerada pelo trabalho precário e o medo da perda do emprego. Para isso, a pedra angular deve ser uma exigência inegociável de emprego digno e remunerado para todos e todas, assegurado por um programa público que garanta o pleno emprego e que ao mesmo tempo permita estabilizar a economia. Quando esta desacelera e o sector privado elimina postos de trabalho, o programa oferece oportunidades de emprego com formação, fornecendo um suporte vital para a manutenção de um nível de vida digno, satisfazendo necessidades sociais e reforçando os serviços públicos.

A par do apoio à revitalização do sindicalismo, defendemos o estímulo à instalação de comissões de trabalhadores nos organismos da Administração Pública e nas empresas e organizações do sector privado.

O controlo da imigração deve ser realizado por um processo de regularização célere, pela fiscalização das condições laborais nos locais de trabalho e pelo combate às redes de tráfico de imigração ilegal. O Estado deve tomar medidas para que as condições de integração respeitem os direitos humanos e assegurem a adaptação dos serviços públicos ao aumento demográfico.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Criação** de um Serviço Nacional de Emprego que garanta trabalho remunerado e socialmente útil a todas as pessoas desempregadas, no quadro de uma política económica de pleno emprego.
- ✓ **Redução** progressiva do período normal de trabalho, sem aumento da jornada diária e sem redução de salário, tendo como objectivo a semana de trabalho de 4 dias (Austrália e Canadá são os países que têm a menor carga horária semanal, 32h).
- ✓ **Revisão** da legislação sobre o salário mínimo por forma a introduzir uma norma de aumento anual nunca inferior ao valor da inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor, acrescido do aumento da produtividade no conjunto da economia.
- ✓ **Revisão** da legislação laboral tendo em vista o combate à precariedade, a reposição plena da contratação colectiva e do princípio do tratamento mais favorável, o reforço do poder negocial dos sindicatos e a estabilidade do contrato de trabalho.
- ✓ **Estímulo** à instalação de comissões de trabalhadores nos organismos da Administração Pública, nas empresas do Sector Empresarial do Estado, e nas empresas e organizações privadas.

SAÚDE – UM NOVO CONTRATO SOCIAL PARA O SNS

O Serviço Nacional de Saúde, uma das maiores conquistas do período democrático, sofre uma forte tensão estrutural e está sob forte ataque político. Embora continue a assegurar cuidados universais e tendencialmente gratuitos, enfrenta dificuldades que não podem ser explicadas apenas por problemas conjunturais ou pela pressão demográfica. Estas dificuldades, resultantes de décadas de austeridade orçamental e de cumplicidade com um sector privado que ambiciona continuar a crescer no negócio da saúde, degradaram a resposta deste pilar do Estado social. De facto, o estado actual do SNS não é apenas um problema de gestão, como vários governos

têm vindo a afirmar: é uma questão política sobre o modelo de sociedade em que queremos viver.

É notória a tensão entre o serviço público e a esfera privada na prestação de cuidados de saúde, com os privados a ganharem cada vez maior prevalência, em geral à custa dos recursos públicos. Esta tendência reflecte uma disputa mais ampla sobre o papel do Estado social, tendo os interesses privados vindo a ganhar terreno.

Um dos problemas centrais é a desvalorização progressiva dos profissionais de saúde no SNS, que forma profissionais altamente qualificados que depois não consegue reter. Bloqueios no planeamento da formação também conduziram à actual falta de médicos no país, afectando de forma particularmente grave o sector público.

A sobrecarga das urgências hospitalares é um reflexo desta crise. Esta realidade decorre da fragilidade dos cuidados de saúde primários, da insuficiente articulação entre níveis de cuidados e da carência de profissionais. Os tempos de espera para consultas, exames e cirurgias expõem desigualdades no acesso. Quem pode, recorre ao sector privado ou a seguros de saúde; quem não pode, espera. Esta dualização progressiva põe em causa o princípio da universalidade no acesso a cuidados de saúde. Existe um risco sério de o SNS deixar de ser o serviço de todos para se tornar um serviço de menor qualidade para os que não têm alternativa, como aconteceu no Brasil após a ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 90.

Embora tenha havido reforços pontuais no financiamento, o investimento estrutural permanece insuficiente face às necessidades acumuladas. Ao mesmo tempo, cresce a dependência de convenções e contratos com o sector privado, criando um circuito onde o público suporta os custos mais pesados e o privado capta áreas mais lucrativas. Não se trata de uma mera complementaridade, mas de um processo gradual de transferência de recursos e funções para o sector privado.

O envelhecimento da população e o aumento das doenças crónicas exigem uma reorganização profunda dos cuidados, com maior investimento na prevenção, nos cuidados continuados e de proximidade.

A reconstrução do Serviço Nacional de Saúde é uma prioridade estratégica do Estado, com o objetivo de garantir um SNS universal, fiável, sustentável e centrado nas pessoas, capaz de responder ao envelhecimento da população, à carga crescente de doença crónica, à escassez de profissionais e à transformação tecnológica.

É preciso um SNS estratégico, em vez de um SNS reactivo; um SNS orientado pelos resultados em saúde, ao contrário de um SNS baseado predominantemente na despesa; uma governação pública que integre a saúde em todas as políticas, a começar na promoção de uma alimentação saudável e de uma agricultura progressivamente livre de pesticidas e herbicidas, ao invés de políticas de saúde de cariz meramente sectorial. São mudanças estruturais necessárias e que configuram um Novo Contrato Social para a saúde.

A sustentabilidade do SNS deverá ser assegurada com alterações estruturais e a valorização dos seus profissionais, não com anúncios orçamentais. Uma alternativa de bem-estar implica o compromisso de reconstruir o SNS como um sistema público robusto, integrado, orientado pelo valor dos resultados e preparado para proteger a saúde das próximas gerações, com base no princípio da saúde como direito — e não como mercadoria.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Prevenção** como política de Estado, com promoção da literacia, estilos de vida saudáveis e intervenção precoce.
- ✓ **Grande investimento** nos cuidados primários como base do SNS, com garantia de acesso universal a médico de família e a consultas nas especialidades dentária e oftalmológica.
- ✓ **Reorganização** da rede hospitalar e planeamento regional e metropolitano das urgências, privilegiando a proximidade e a acessibilidade, expansão estruturada da hospitalização domiciliária, dos cuidados intermédios e dos cuidados paliativos.

- ✓ **Revalorização** das carreiras dos profissionais com dedicação exclusiva.
- ✓ **Saúde** como dimensão transversal a todas as políticas públicas; saúde mental como prioridade nacional e criação de um novo Programa Nacional para a Saúde Mental.

PELO DIREITO À HABITAÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas públicas de habitação foram maioritariamente orientadas para o apoio indirecto ao acesso a habitação própria, através do mercado imobiliário e do sistema financeiro, mediante a bonificação de juros no crédito à habitação. Este modelo induziu um forte endividamento das famílias e contribuiu para a financeirização da habitação, um bem de primeira necessidade.

Com a intervenção da troika e o período de austeridade de 2011-2015, quase desapareceram dos Orçamentos do Estado os apoios a políticas públicas de habitação. A eliminação dos juros bonificados e a retracção do investimento público agravaram as condições de vida de muitos agregados familiares e dificultaram ainda mais o acesso à habitação.

A oferta pública, uma das mais eficazes formas de regulação do mercado e de aumento da acessibilidade à habitação, é marginal (representando cerca de 2% do parque habitacional) e concentra-se principalmente na chamada habitação social, no regime de renda apoiada.

O processo de liberalização do mercado de arrendamento a partir de 2006, iniciado com a aprovação do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) e agravado pela Lei Cristas em 2012, fez aumentar a pressão sobre as famílias. O crescimento do negócio do alojamento local e a forte procura imobiliária externa – impulsionada pela política de juros baixos do BCE, pelos benefícios fiscais aos residentes não-habituais e pelos Vistos Gold – contribuíram para a subida dos preços do imobiliário, para a instalação de uma espiral especulativa e o aumento dos despejos, a par da diminuição da oferta.

As desigualdades no acesso à habitação alargaram-se e atingem actualmente não só os grupos sociais de baixos rendimentos e mais vulneráveis, mas também as classes intermédias urbanas.

No entanto, apesar desta gravíssima crise habitacional, existem hoje em Portugal mais casas do que agregados familiares. Entre 1981 e 2011, quadruplicou o número de fogos vagos; nos Censos de 2021 estes totalizavam já 723.215, correspondendo a 12,1% do parque habitacional total. Em Lisboa, os fogos devolutos representam 14,9% do parque habitacional e no Porto 15,2%.

Uma parte significativa destes fogos localiza-se em zonas de elevada pressão urbana, com grande incidência na faixa litoral, e encontra-se em condições de habitabilidade adequadas ou com necessidades reduzidas de intervenção. O Governo reconheceu recentemente este facto e identificou nesta situação mais de 400 mil fogos, mas não tomou medidas sérias. Tal indica que o problema central não é a inexistência de habitações, mas, em larga medida, a sua não disponibilização para uso habitacional permanente e a preços acessíveis.

Sem colocar em causa a importância do investimento público na reabilitação e na nova construção, de modo a promover o crescimento do parque habitacional público e cooperativo com valores acessíveis e estabilidade contratual, a insistência na nova construção como resposta prioritária à crise ignora a existência de um grande contingente de fogos vagos, a urgência de respostas às necessidades actuais e vários constrangimentos estruturais, nomeadamente no sector da construção.

O Governo da AD reverteu várias medidas do governo anterior (alguma limitação no aumento das rendas, controlo do AL, etc.) e assentou a nova política para a habitação na oferta privada, introduzindo incentivos fiscais para os senhorios e benefícios fiscais para os promotores imobiliários. Na realidade, os preços não têm parado de subir e o acesso à habitação é cada vez mais difícil, com elevadas taxas de esforço nos rendimentos familiares, o que demonstra que as políticas dos últimos governos são inadequadas e ineficazes.

Responder à emergência habitacional exige uma intervenção pública robusta e imediata, combinando mobilização de devolutos, regulação do mercado – com penalização fiscal agravada nas aquisições de fundos imobiliários –, controlo das rendas, limitação do alojamento local e garantia de que nenhum despejo ocorre sem alternativa habitacional, conforme a Lei de Bases da Habitação.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Aprovação** de mecanismo legal específico que agrave a fiscalidade sobre fogos injustificada e prolongadamente devolutos, em montante que a torne progressivamente equivalente à renda mediana praticada em cada tipologia na região onde se localiza.
- ✓ **Abertura** da possibilidade de mobilização pública e temporária para arrendamento acessível de fogos de grandes proprietários ou fundos imobiliários injustificada e prolongadamente vagos, com direito a indemnização equivalente ao valor do arrendamento (descontando custos administrativos), sob a responsabilidade e gestão do Estado.
- ✓ **Regulação** do mercado, incluindo critérios que limitem o aumento das rendas, períodos contratuais mais dilatados e impedimento de despejos sem alternativa habitacional;
- ✓ **Crescimento** do investimento no parque habitacional público e cooperativo, fomentando a criação de banca ética, conforme existente noutros países, como alavanca de financiamento à nova geração de cooperativismo, nomeadamente às cooperativas de inquilinato;
- ✓ **Criação** de um Serviço Nacional de Habitação que concretize o artigo 65.º da Constituição.

AMBIENTE

Os três maiores desafios que a humanidade e o planeta enfrentam, designados pelas Nações Unidas como a Tripla Crise Planetária (Clima, Biodiversidade e Poluição), afectam todos os aspectos da vida. Ameaçando o bem-estar e a sobrevivência de milhões de pessoas, a tripla crise deve ser enfrentada em conjunto: como crises interligadas, elas agravam-se mutuamente, prejudicando a saúde humana, a segurança alimentar, a segurança hídrica, a economia, o respeito pelos direitos humanos e a própria sobrevivência dos regimes democráticos. A sua resolução exige acções determinadas, urgentes e coordenadas, bem como investimentos públicos robustos, rumo a um desenvolvimento sustentável.

Os desafios ambientais são hoje transversais a todos os sectores da economia, afrontando com frequência interesses corporativos e privados que, na ausência de regulação, colocam em causa o bem comum. Exemplo disso é a poluição do ar, responsável globalmente por cerca de 7 milhões de mortes prematuras, um valor superior aos piores anos da pandemia. A Organização Mundial de Saúde estima que 90% da população mundial respira ar com níveis de poluentes perigosamente elevados.

Portugal que, até 2022, reduziu as emissões GEE em somente 34% face aos níveis pré-industriais, enfrenta diversos desafios ambientais, dos quais se destacam o desordenamento do território, os transportes, a gestão de resíduos, a gestão da água, a falta de investimento em conservação da natureza, a erosão costeira, os fogos florestais e as práticas agrícolas e florestais desadequadas. Os solos são a segunda maior "reserva natural" de carbono acumulada na natureza, dos quais depende grande parte da vida. No entanto, dois terços do território de Portugal continental, em particular a sul do Tejo, estão ameaçados pela desertificação.

Relativamente aos riscos ambientais, o destaque vai para os fogos florestais no Verão e para as cheias no Inverno. Em Portugal continental, estão identificadas 63 Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARPSI), 47 das quais de origem fluvial ou pluvial e 16 de origem costeira.

A estratégia “Água que Une”, aprovada pelo Governo em março de 2025, privilegia as grandes obras hidráulicas e o aumento substancial da capacidade de armazenamento, a acrescentar às cerca de 260 grandes barragens existentes no país. Prevê a construção de novas barragens, como as do Alvito/Ocreza, Girabolhos, Fagilde, Foupana e Alportel; e o alteamento de outras já existentes, como as barragens da Meimoa, Marechal Carmona/Idanha, Pedrógão e Lucefecit. A estratégia aponta ainda para transvases entre bacias hidrográficas, ou seja, para o inverso do preconizado pelo grupo de especialistas que a preparou.

A transição energética em Portugal é frequentemente apresentada como uma história de sucesso. Fala-se de recordes na produção de energia renovável, do fim do carvão e da liderança climática. Mas por trás da propaganda verde esconde-se uma realidade mais dura: a transição está a ser feita segundo a mesma lógica de mercado que criou o problema.

Portugal produz hoje uma parte significativa da sua electricidade a partir de fontes renováveis. Ainda assim, as famílias continuam a pagar das electricidades mais caras da Europa. Como se explica que, num país com sol e vento abundantes, a energia não seja barata? Explica-se porque o preço não é determinado pelo custo real da produção, mas por um mercado liberalizado que garante margens elevadas aos grandes operadores. A lógica marginalista faz com que o gás — sendo minoritário — determine o preço final. O resultado é simples: lucros extraordinários para as empresas, facturas pesadas para os consumidores.

A chamada transição energética tem sido conduzida por grandes grupos económicos que mantêm posições dominantes no sector. Mudou a fonte de energia, mas não mudou o modelo de poder: a descarbonização tornou-se um novo campo de acumulação de capital. A energia continua a ser tratada como mercadoria estratégica, não como direito básico.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se projectos de grande escala — centrais solares, parques eólicos, mineração de lítio — frequentemente impostos a populações do interior com fraca capacidade de decisão e sem ter em conta os locais de

implementação já identificados pelo LNEG, em áreas de menor sensibilidade ambiental e patrimonial. Várias comunidades locais contestam a ocupação do solo, os impactos ambientais e a ausência de benefícios directos. A transição corre o risco de reproduzir uma lógica extractivista, com territórios sacrificados em nome de metas nacionais e interesses empresariais.

Há ainda a dimensão social. A electrificação dos transportes, a substituição de caldeiras e os isolamentos térmicos das casas exigem investimento. Quem tem rendimentos elevados adapta-se, compra carro eléctrico e instala painéis solares. Quem vive com salários baixos continua dependente de transportes caros e habitações ineficientes. Sem forte intervenção pública, a transição aprofundará as desigualdades.

A dependência externa também não desapareceu. Portugal continua vulnerável a choques internacionais, como se viu na crise energética associada às guerras na Ucrânia e no Médio-Oriente. A integração no mercado europeu limita a margem de decisão soberana sobre preços e políticas energéticas.

O problema da transição energética em Portugal não é a sua necessidade — essa é incontestável perante a crise climática. O problema é o modelo. Está a ser feita sob o comando do mercado e com o *lobby* do nuclear a querer posicionar-se, protegendo interesses instalados e socializando custos. Fala-se de neutralidade carbónica, mas pouco se fala de neutralidade social.

A questão política é clara: deve a energia ser um bem público estratégico orientado pela transição do fóssil para as renováveis, sujeito a planeamento democrático e orientado pelo interesse colectivo, ou sacrificar-se-á o interesse público para a energia continuar a ser um negócio altamente lucrativo para poucos?

Sem mudança de modelo, a transição energética arrisca-se a ser verde na aparência, mas desigual na prática.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Criação** de comunidades de autoconsumo de energia renovável em todos os municípios até 2028.
- ✓ **Passe** nacional gratuito de transportes intermodal extensivo a transportes públicos regulares e flexíveis (táxis, bicicletas e trotinetes de uso partilhado).
- ✓ **Agricultura** regenerativa e biológica, acompanhada da defesa da pequena agricultura familiar; promoção de circuitos curtos de abastecimento; rede de restaurantes e mercearias públicos de acesso universal, com o apoio de nutricionistas do SNS.
- ✓ **Criação** e financiamento de um Plano Nacional de Transição Energética Justa, integrando comissões de trabalhadores, sindicatos, municípios, ONGs e órgãos da Administração central e regional relevantes, com formação profissional e aposta massiva na criação de empregos verdes, que aponte para a descentralização da produção e o controlo público da distribuição de energia eléctrica.
- ✓ **Forte apoio** à criação e manutenção de paisagens rurais em mosaico, com uso diversificado, integrando agricultura, floresta e pastorícia, e plantação de espécies arbóreas "bombeiras", em particular nas áreas de maior risco de incêndio florestal; apoio à gestão agregada e associativa do minifúndio rural.

DINÂMICAS POPULARES DE BASE – ROMPER COM A LÓGICA DE CÚPULA

O contexto político português é marcado por um conjunto de transformações estruturais que colocam desafios significativos às forças democráticas e, em particular, à esquerda. O desgaste da representação partidária, o aumento da abstenção, o distanciamento entre eleitos e eleitores, a persistência da precariedade laboral, a crise da habitação, o subfinanciamento de serviços públicos essenciais e a

emergência de forças de extrema-direita configuram um cenário de tensão democrática e fragmentação social.

Neste quadro, a construção de um novo projecto político exige um forte enraizamento social e territorial, bem como a adopção de processos participativos que permitam reconstruir a ligação entre política e sociedade. As organizações de base local e a participação cidadã no desenho do projecto político assumem, assim, um papel central. Este projecto não pode limitar-se à reorganização institucional ou à mera recomposição eleitoral.

As organizações de base local — associações de moradores, comissões de utentes, colectividades, associações culturais, cooperativas, movimentos sociais, nomeadamente os que lutam pelo direito à habitação, ambientais, antirracistas ou feministas — desempenham um papel importante na produção de conhecimento e na transmissão desse conhecimento para a formulação de políticas públicas, na mobilização comunitária e na formação política dos cidadãos intervenientes.

O território tem de ser um espaço vivido e politicamente significativo. O enraizamento territorial permite uma leitura mais fina das necessidades sociais e favorece soluções ajustadas às especificidades locais. Não poderá resumir-se a um espaço administrativo.

Os bairros, as freguesias e os municípios tornaram-se, após 1974, espaços privilegiados de participação e resolução de problemas concretos por iniciativa popular. A tradição do poder local democrático tem alguns exemplos de proximidade institucional e cidadã. A articulação entre organizações de base, poder local e intervenção a nível nacional é, portanto, condição para transformar reivindicações sociais em políticas públicas estruturais.

A lógica de cúpula concentra poder, fecha o debate e transforma a participação num ritual. Produz distanciamento, apatia e desconfiança. A política passa a ser percepcionada como um jogo entre elites — mesmo quando essas elites falam em

nome do povo. O resultado é a erosão da democracia e o crescimento do ressentimento social.

Romper com essa lógica significa inverter prioridades, quer na visão que se quer para o país, quer na estruturação da própria organização política que se pretende criar. Significa construir e organizar a partir dos locais de trabalho, dos bairros, das escolas, das associações e dos movimentos cívicos. Significa criar espaços de decisão onde as pessoas não sejam encaradas apenas como público passivo, mas também reconhecidas como protagonistas.

Romper com a lógica de cúpula é também disputar poder. Não é rejeitar organização; é democratizá-la. Não é recusar liderança; é torná-la responsável perante a base. Não é fragmentar; é articular lutas diversas numa direcção comum.

Num contexto de descrédito das instituições, a reconstrução de maiorias sociais não se fará apenas através de discursos mediáticos ou estratégias eleitorais. Far-se-á com presença regular no terreno, com solidariedade concreta e com capacidade de resolver problemas reais. Far-se-á mostrando que a política pode melhorar a vida quotidiana e indicar novos horizontes.

Sem dinâmicas populares de base, qualquer projecto transformador corre o risco de se burocratizar, esgotando-se em ciclos eleitorais curtos e acordos institucionais frágeis. Com elas, abre-se a possibilidade de construir uma força social duradoura, capaz de enfrentar interesses instalados. Na relação entre as organizações de base e a estrutura partidária não cabe a instrumentalização, o dirigismo, nem a substituição dos movimentos sociais. Saber dialogar começa por saber respeitar a autonomia das organizações e movimentos, procurando incorporar as suas reivindicações.

Num contexto em que a extrema-direita explora o descontentamento social com discursos simplistas e autoritários, um projecto de esquerda deve responder com mais democracia e não menos, promovendo a cidadania activa e a construção de políticas públicas de forma participada, robustecendo a Democracia Participativa e a Democracia Deliberativa.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Aprofundamento** da Democracia Deliberativa, nomeadamente através de Assembleias de Cidadãos.
- ✓ **Promoção** de Orçamentos Participativos, Grupos Comunitários, petições, Iniciativas Legislativas de Cidadãos, entre outras ferramentas.
- ✓ **Articulação** da acção das organizações de base com a intervenção nos municípios e freguesias.
- ✓ **Formulação** de propostas para o plano local e nacional de forma participada, promovendo a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa.
- ✓ **Defesa** da Regionalização como aprofundamento da democracia, da descentralização das decisões políticas e da proximidade das decisões administrativas.

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: PILARES DA EMANCIPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

A Educação em Portugal atravessa um momento crítico, num contexto em que o modelo neoliberal tem vindo a mercantilizar direitos sociais e a fragmentar o quotidiano das famílias. Para lá da mera transmissão de conhecimentos, a Escola Pública deve ser o garante da igualdade e de uma formação humana integral. No entanto, a desregulação laboral e o subfinanciamento público empurraram a escola para uma função de custódia. Muitas vezes, esta funciona como um "depósito" para crianças cujos pais estão sujeitos a horários de trabalho irrazoáveis.

Um projecto político de esquerda deve assegurar que a Educação e a Ciência sejam vectores de soberania e emancipação pessoal e colectiva. Isto exige uma Escola Pública dotada de meios de excelência, onde o investimento se concentre na rede universal, sem desvios de recursos para lógicas de rentabilidade privada. A democratização do saber e a conquista de tempo para a família são condições necessárias para uma vida plena.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Harmonia** entre trabalho e vida familiar (semana de 4 dias): a redução do horário laboral em todos os sectores é uma medida educativa central. Ao libertar tempo para os pais, reduz-se a pressão sobre a escola como local de permanência forçada, permitindo que o crescimento das crianças seja acompanhado de perto pela família.
- ✓ **Rede Pública de Creches e Pré-Escolar**: garantir o direito à educação desde o nascimento através de uma rede pública, universal e gratuita; propomos a criação gradual de vagas públicas para todas as famílias, assegurando que a qualidade não dependa do rendimento ou de soluções precárias de mercado.
- ✓ **Prioridade ao Sector Público:** reforçar o financiamento das escolas públicas para garantir infra-estruturas modernas. Os recursos devem ser canalizados para a rede que assegura o direito constitucional ao ensino, impedindo que o Estado suporte lucros de entidades privadas enquanto o sistema público carece de técnicos e recursos especializados.
- ✓ **Ensino Superior e Ciência democratizados**: caminhar para a eliminação das propinas e taxas, removendo as barreiras ao conhecimento. É fundamental valorizar o Sistema Científico Nacional, substituindo bolsas por contratos de trabalho estáveis e integrando os investigadores em carreiras que garantam a continuidade da produção nacional.
- ✓ **Sucesso Educativo e Gestão Participativa:** reduzir o número de alunos por turma e reforçar as equipas com psicólogos e assistentes técnicos; propomos um modelo de gestão democrática que substitua a lógica de cúpula pela participação activa de toda a comunidade escolar, valorizando a avaliação contínua em vez da pressão dos exames.

CULTURA

A cultura é um direito fundamental e um bem comum, indispensável à construção de uma sociedade livre, crítica e plural. Não é acessória nem pode ser subordinada ao mercado: é estruturante da cidadania, da memória colectiva e da liberdade de pensamento. É através da cultura que alimentamos o pensamento crítico e projectamos futuros possíveis. A cultura é desenvolvimento, é identidade. Uma democracia plena exige acesso universal à criação e à fruição cultural, condições dignas para quem produz cultura, bem como combate às assimetrias regionais. Mas não há criação cultural sem condições materiais. Sem salários dignos, sem estabilidade e sem reconhecimento do seu trabalho, os profissionais da cultura são empurrados para a precariedade e para o silêncio. Defender a cultura é, por isso, defender quem a faz: artistas, técnicos, autores, investigadores, trabalhadores invisíveis que sustentam o tecido cultural. A cultura não é despesa, é investimento. É por isso fundamental um financiamento público robusto que assegure a democratização da cultura. Num momento em que se agita a bandeira de grande investimento para a indústria do armamento, o Orçamento do Estado para a Cultura não chega a 1%.

Uma sociedade democrática constrói-se com vozes livres, com pensamento crítico e com acesso à cultura. Defender a cultura e a comunicação social é defender a própria democracia. É garantir a liberdade de criação e expressão artística, sem censura nem condicionamento económico. Uma sociedade sem cultura é uma sociedade sem voz, sem memória e sem futuro. Uma democracia sem informação livre é uma democracia vazia.

Afirmamos um compromisso claro: colocar a cultura e a comunicação social no centro de um projecto político emancipador, onde a dignidade do trabalho, a liberdade de expressão e o acesso universal são condições inegociáveis. Porque sem cultura não há democracia, sem arte não há civilização e sem democracia não há futuro.

Afirmamos um compromisso claro: colocar a cultura e a comunicação social no centro de um projecto político emancipador, onde a dignidade do trabalho, a liberdade de expressão e o acesso universal são condições inegociáveis. Porque sem cultura não há democracia, sem arte não há civilização e sem democracia não há futuro.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Revisão do Estatuto do Trabalhador da Cultura**, tendo em consideração o carácter intermitente do trabalho neste sector, que garanta o acesso pleno à protecção social (segurança social, subsídio de desemprego, doença e parentalidade) e que fiscalize e limite o recurso abusivo a recibos verdes.
- ✓ **Aumento** progressivo do orçamento para a cultura para, no mínimo, 1% do Orçamento de Estado, garantindo financiamento estável e descentralizado.
- ✓ **Reforço e democratização** dos apoios às artes, com a inclusão de estruturas emergentes e projectos independentes.
- ✓ **Criação de uma Rede Pública de Equipamentos Culturais** acessível em todo o território, para acolhimento e desenvolvimento de projectos emergentes e de rede de residências artísticas articuladas com colectividades ou projectos de base local.
- ✓ **Garantia** de acesso universal à cultura com descontos para pessoas desempregadas.

COMUNICAÇÃO SOCIAL: LIBERDADE, PLURALISMO E INDEPENDÊNCIA

Não há democracia e liberdade sem informação livre, plural e independente. Os meios de comunicação social devem ser esteios do escrutínio público e da participação cidadã. A sua captura por interesses económicos ou a precarização dos seus profissionais representam uma ameaça directa à liberdade. Sem meios de comunicação independentes, protegidos da lógica do lucro e da concentração de

poder, não existe democracia plena. Os meios de comunicação regionais são fundamentais para a coesão sócio-territorial e para uma efectiva democracia local.

Importa promover a transparência na propriedade dos meios de comunicação social, combatendo a concentração excessiva e assegurando a diversidade de vozes e perspectivas no espaço mediático. O reforço do serviço público de rádio e televisão é igualmente indispensável, garantindo uma oferta informativa acessível, plural e de qualidade, livre de interferências governamentais ou de interesses privados.

Num contexto de rápida transformação digital, torna-se ainda necessário regular as grandes plataformas tecnológicas, assegurando que contribuem para o financiamento do jornalismo e não para a sua degradação. O combate à desinformação deve ser feito com mais e melhor jornalismo, e nunca à custa da liberdade de expressão.

O jornalismo não pode ser precarizado nem politicamente instrumentalizado. A democracia exige meios de comunicação independentes. Só com uma comunicação social livre, plural e independente é possível garantir uma democracia viva, participada e verdadeiramente representativa.

5 PROPOSTAS POLÍTICAS

- ✓ **Garantia** de condições dignas para os trabalhadores da comunicação social, com salários dignos, condições de trabalho justas e protecção efectiva da independência editorial e autonomia face ao poder político e económico.
- ✓ **Combate** à concentração dos media, promoção do pluralismo e limites à propriedade cruzada.
- ✓ **Reforço** do serviço público de comunicação social, com financiamento adequado e independente.
- ✓ **Promoção** de meios de comunicação social autogeridos pelos profissionais ou em sistema cooperativo.
- ✓ **Promoção** dos meios de comunicação regionais.

Por um Portugal Livre, Justo e Solidário que devolva a esperança numa vida digna e feliz.